

## PARQUES URBANOS COMO ELEMENTO DE VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DE ATIVIDADES DE LAZER E TURISMO

*Urban parks as an element of space valorization from leisure and tourism activities*

Sidnei Raimundo<sup>1</sup>  
Antonio Carlos Sarti<sup>2</sup>

### RESUMO

Os parques urbanos têm se configurado como elemento de valorização do espaço urbano com características ligadas ao bem comum de uso público. Tal valorização se dá pela consideração das práticas de lazer e turismo e pela prestação de serviços ecossistêmicos. Essa abordagem de correlação de serviços ecossistêmicos de regulação (ambiental) e de informação (lazer e turismo) ainda é pouco trabalhada e tem merecido atenção de pesquisas na área socioambiental. Assim, o artigo tem como objetivo apresentar as funções de um parque urbano na cidade contemporânea com destaque aos serviços ecossistêmicos por eles prestados, com ênfase às práticas de lazer e turismo.

**Palavras-chaves:** Serviços ecossistêmicos. Interesses culturais. Lazer e turismo. Bem comum.

### ABSTRACT

The urban parks have been configured as an element of valorization of the urban space, with characteristics related to the idea of common of public use. Such valuation is due to the consideration of leisure and tourism practices and the provision of ecosystem services. This approach of correlation of ecosystem services of regulation (environmental) and of information (leisure and tourism) is still little worked and has deserved the attention of researches in the social-environmental area. Thus, the article aims to present the functions of an urban park in the contemporary city with an emphasis on the ecosystem services they provide, with emphasis on leisure and tourism practices.

**Keywords:** Ecosystem services. Cultural interest. Leisure and tourism. Common.

1 Professor Associado da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). [sraimundo@usp.br](mailto:sraimundo@usp.br).

✉ Rua Arlindo Béttio, 1000, Vila Guaraciaba, São Paulo, SP. 03828-000.

2 Professor no Curso de Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). [asarti@usp.br](mailto:asarti@usp.br).

✉ Rua Arlindo Béttio, 1000, Vila Guaraciaba, São Paulo, SP. 03828-000.

## INTRODUÇÃO

Os parques urbanos têm se transformado, nas últimas décadas, em um novo olhar da sociedade sobre a natureza ou o meio ambiente. Isso tem levado a propostas de usos diferenciados, sendo aqueles ligados a lazer e recreação, em ambientes melhor conservados, um desses grandes usos. Áreas urbanas já consolidadas, mas onde remanescem fragmentos de vegetação não ocupados têm sido reivindicadas, seja por camadas mais populares seja pelas elites locais, como áreas para serem transformadas em parques e demais categorias de áreas verdes. Trata-se, na periferia, de áreas de preservação permanente, como encostas íngremes e faixas marginais de rios e córregos, onde o capital imobiliário não pode lotear formalmente e onde também ocupações irregulares ainda não ocorreram.

Nessa linha, os parques urbanos, com os recursos naturais e socioculturais neles inseridos, devem ser considerados como um bem comum, um bem de domínio público e não uma mercadoria. Por bens comuns, Kreimann e Stuart (2009, p. 6) os entendem como:

aqueles bens coletivos e intergeracionais (água, solos, sementes, conhecimentos, ideias, diversidade cultural, atmosfera etc.), naturais ou sociais, palpáveis ou intangíveis; herdados coletivamente que não são exclusivos de uma geração e, em alguns casos, nem das pessoas, porque são fundamentais para a vida do planeta em suas diferentes expressões.

Nessa lógica, Mankiw (2001), em seu manual de “Introdução à Economia”, apresenta alguns recursos naturais como “recurso comum”, ou seja, não excluível e rival, de modo que os agentes econômicos não podem estabelecer um uso que impeça outros agentes de também usar esse bem, assim como essa utilização por um determinado agente,

além de conflitar com os outros agentes, pode gerar externalidades ambientais negativas.

Empresas imobiliárias, e também as de lazer, turismo e entretenimento, têm se utilizado dos parques urbanos como elementos de valorização do espaço. Tais empresas não conferem aos parques urbanos o *status* de bem comum e de domínio público, mas sim como mercadoria, mesmo fazendo um uso indireto desses recursos<sup>3</sup>. Assim, os parques acabam sendo uma mercadoria importante, pois tais empresas vendem a paisagem a seus clientes. A paisagem dos parques urbanos se transforma em mercadoria e alcança uma característica de que não são possuidores, ou seja, um fetiche – o fetiche da mercadoria. No dizer de Bottomore (1997, p. 242),

na sociedade capitalista, os objetos materiais possuem certas características que lhes são conferidas pelas relações sociais dominantes, mas que aparecem como se lhes pertencessem naturalmente. Essa síndrome, que impregna a produção capitalista, é denominada fetichismo, e sua forma elementar é o fetichismo da mercadoria enquanto repositório ou portadora do valor. [...] A ilusão do fetichismo brota da fusão da característica social com as suas configurações materiais: o valor parece inerente às mercadorias, natural a elas como coisas.

Assim, as práticas de lazer e turismo estão imersas nessas visões de natureza que com o capitalismo configuraram-se numa visão fetichizada de visitas à natureza. Parte desse fetiche pode ser analisado pela busca por emoções e riscos controlados. Coloca-se, assim, a natureza como objeto do *marketing* do consumo. Aparecem sentimentos associados à natureza que se entrelaçam: a adrenalina e a vertigem propiciada pelos esportes de aventura na natureza.

<sup>3</sup> O uso indireto é aquele que não envolve “consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais” conforme indicado na Lei nº 9985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Art.2 Alínea IX).

A natureza é reduzida a um cenário teatral, com os protagonistas se empurrando para além de seus limites físicos. Nessa aventura, os participantes podem (ou não) ganhar (status, dinheiro e/ou fama) devendo, contudo, se submeterem aos mais extravagantes e, às vezes, ridículos exageros físicos mentais (MARINHO, 2003, p. 14).

Nessa lógica, a

busca por emoções na natureza, além de tentativas de reencontro com subjetividades desvalorizadas nos processos históricos de construção científica, pode representar uma possibilidade de reaproximação com estados de surpresa, medo e repugnância, constituído num ambiente natural (BRUHNS, 2003, p. 45).

São percepções construídas em uma sociedade conectada e sob influência da mídia, que (re)significa a natureza, conferindo-lhe novos valores e crenças, transformando-a numa mercadoria fetichizada.

Podemos dizer que a paisagem ou seus elementos constituintes impressionam o ser humano, e este passa a valorá-la ou a revalorá-la tanto nos aspectos estruturais, setoriais como subjetivos, em razão do acompanhamento das mutações dos ciclos da vida, das ideias e mentalidades de suas épocas, de seus agrupamentos sociais específicos e concepções de modo de vida, de suas experiências de integração e interação única e individual com o meio ambiente (GUIMARÃES, 2007, p. 25).

Tal fato pode ser atribuído aos valores que a natureza adquiriu para a sociedade contemporânea. Nessa linha, “[...] a experiência em um parque pode reduzir o estresse [...], melhorar a contemplação, rejuvenescer o morador da cidade e proporcionar uma sensação de paz e tranquilidade” (CHIESURA, 2004, p. 130). Há uma relação significativa entre o uso dos parques e do estado de saúde percebido: os que usavam parques locais com frequência eram mais propensos a relatar uma boa

saúde do que aqueles que não o faziam. Os ambientes naturais com vegetação e água induziam a estados de relaxamento e redução de estresse em observadores em comparação com cenas urbanas sem vegetação (CHIESURA, 2004). Nessa linha os parques urbanos são elementos para tomada de consciência sobre a conservação do meio ambiente; reparação das condições físicas e mentais; conscientização sobre práticas ambientais positivas; fuga do cotidiano do trabalho e de suas relações e equilíbrio emocional. É essa a perspectiva fundante para entender essas áreas como **comuns**.

Um bem não excluível e rival é pensado de modo que os agentes econômicos não podem estabelecer um uso que impeça outros agentes de também usar esse bem. Esse entendimento sobre os recursos gera uma discussão importante sobre a gestão dos recursos naturais. Ocorre, presentemente, uma série de concessões de uso, parcerias e mesmo privatizações de áreas protegidas como, por exemplo, no caso paulista, a Lei nº 16.260, de 29/06/2016, que concede à iniciativa privada a gestão de 25 Unidades de Conservação e Estações Experimentais administradas pela Secretaria do Meio Ambiente. E, no nível municipal, a prefeitura paulistana quer conceder à iniciativa privada o Parque do Ibirapuera e outros quatro parques na periferia. A privatização, ou mesmo algumas outras formas de concessão na lógica como indicadas nesses diplomas legais, não consideram os recursos naturais protegidos por uma Unidade de Conservação ou um Parque Urbano como um bem comum, fato que pode gerar a exclusão de usos por outros atores e de processos de gestão (participação) das comunidades locais, podendo resultar em locais gentrificados.

Admitindo-se essas informações, o presente artigo apresenta os parques urbanos em seus aspectos socioambientais destacando sua importância como bem comum na cidade contemporânea.

## PARQUES URBANOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: DO HIGIENISMO A PROCESSOS SUSTENTÁVEIS DE SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS

A partir da segunda metade do século XX a cidade passou a ser vista por planejadores e urbanistas como um todo formado de casas, fábricas, ruas, praças, parques, todos dotados de carga simbólica, assumida como um espaço de vida diversificada. Nesse momento, o Estado, associado a setores da iniciativa privada, implementou políticas de revitalização urbana, refuncionalizando áreas outrora degradadas ou com uma ocupação marginal em “novas” áreas dotadas, frequentemente, de atividades e eventos ligados aos grupos econômicos que apoiaram essas operações urbanas. Os parques e áreas verdes ganham destaque nessa lógica ao serem erigidos como equipamentos que impedem a convivência de classes distintas. As classes menos favorecidas são novamente expulsas para bolsões mais distantes e os parques adquirem um papel de valorização do espaço que tem, na especulação imobiliária, um de seus sustentáculos.

Com isso, e apesar da relativa vitória higienista em reconfigurar a ocupação da cidade, não impediu de toda a ação contínua de seus moradores em recriar espaços de sobrevivência que respondessem às suas necessidades objetivas e subjetivas.

[...] nunca o projeto higienista conseguirá esvaziar totalmente a rua das práticas e da presença popular. Por mais funcionais, por mais que se especializem, os espaços públicos são eternamente reinvidados, repossuídos, reinventados, por aqueles que dele fazem o jogo da vida (PECHMAN, 1994, p. 33).

A concepção higienista sofreu severas críticas e transformações com a introdução de novos conceitos. O quadro 1 faz uma comparação

desses modelos – higienista e inovador – destacando as novas tendências.

Pela observação deste quadro, percebe-se a necessidade de mudança de postura devido ao esgotamento do modelo higienista que levou a sérios problemas ambientais nas cidades. Nos itens 1 e 2 deste quadro, foram criadas obras de engenharia colossais no modelo higienista, para que a água da chuva fosse levada o mais rápido para longe da cidade: retificação e canalização de rios, construção de “piscinões” para conter o transbordamento de água que, associada à constante impermeabilização do solo e simultâneo assoreamento, levaram a uma artificialização da paisagem com conseqüente distanciamento dos cidadãos sobre o elemento água. O trabalho de Brocaneli (2007) é importante sobre a necessidade de recuperação dos rios e da paisagem de fundo de vales na cidade de São Paulo restabelecendo, assim, a percepção da população sobre os recursos hídricos. A figura 1 traz dois exemplos dessa recuperação e refuncionalização dos córregos na cidade de São Paulo e Sorocaba.

**Quadro 1** – Comparação das abordagens no tratamento da drenagem das águas no urbanismo brasileiro.

Item	Higienismo	Conceitos Inovadores
1	Drenagem rápida das águas pluviais, transferência para jusante.	Favorecimento da infiltração, ao armazenamento e ao aumento do tempo de percurso do escoamento.
2	Redes subterrâneas, canalização dos cursos d'água naturais.	Valorização da presença de água na cidade, busca pela menor interferência ao sistema natural de drenagem.
3	Associação do sistema de drenagem com o sistema viário	Soluções técnicas multifuncionais: sistema de drenagem associado a áreas verdes, terrenos de esportes, parques lineares, entre outros.

Fonte: Modificado de Nascimento, Baptista e von Sperling (1999).



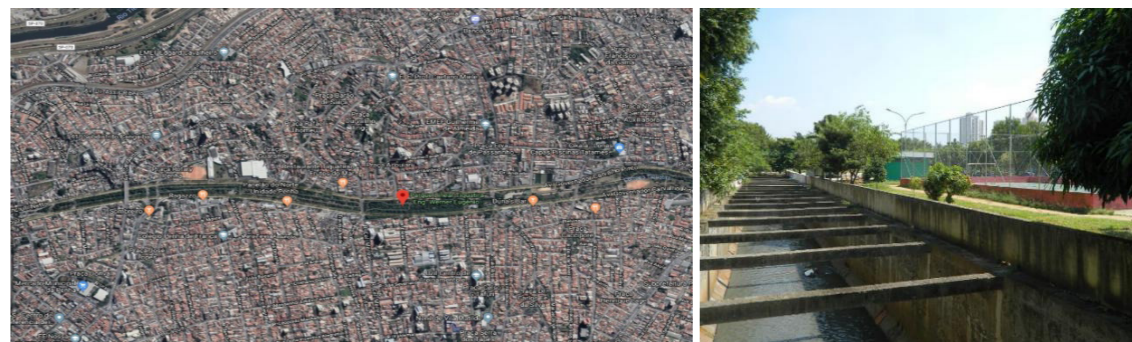
Parques urbanos como elemento de valorização do espaço a partir de atividades de lazer e turismo  
Sidnei Raimundo, Antonio Carlos Sarti

Sobre o item 3 do modelo higienista (Quadro 1), ocorre uma das mais perversas apropriações do uso do solo urbano na questão ambiental, quando se associa sistema viário e drenagem das águas. A concepção higienista fez surgir nas cidades brasileiras um sem-número de vias marginais, que eliminaram da paisagem a possibilidade de ampliação de espaços públicos junto aos cursos d'água, afastando os cidadãos desses locais. Nesse sentido, este quadro, aponta no item 3 dos conceitos inovadores a necessidade de espaços multifuncionais, onde a questão ambiental se relaciona fortemente com o lazer, com a presença de extensas áreas para infiltração da água da chuva no solo que permite a existência de áreas para terrenos de esportes. Não só esporte, mas os demais interesses culturais do lazer ao ar livre, permitindo uma maior interação da população com a natureza (ou meio ambiente) de sua cidade.

Destacam-se nas metrópoles brasileiras a criação de parques lineares e nos fundos de vale<sup>4</sup>. Mais que isso, servem para aproximar seus cidadãos da temática ambiental, ajudando na transformação de um lazer passivo para um crítico e criativo. Nesse sentido, recuperar os rios serve não só à qualidade ambiental, mas também para dar às pessoas o direito de percepção sobre os recursos hídricos e da vegetação na cidade, que ganham o *status* de informação cultural.

A cidade contemporânea não pode mais prescindir da presença da vegetação como componente do território e da paisagem em uma malha onde os benefícios sociais e culturais para a coletividade faz alçar a cobertura vegetal da cidade como um componente da

<sup>4</sup> O plano diretor atual da cidade de São Paulo, por exemplo, aprovado em 2015, estabeleceu a criação de 164 novos parques.



**Figura 1** – À direita, córrego Tiquatira e Parque homônimo na Zona Leste de São Paulo. Notar a presença de árvores e de equipamentos de lazer, como quadras poliesportivas. À esquerda, o mesmo parque visto em imagem de satélite, configurando-se como importante corredor ecológico conectando áreas verdes em meio à densa ocupação urbana.

**Fonte:** À direita de Raimundo (s.d.); à esquerda, Raimundo; Sarti (2019), a partir da base do Google Maps.

qualidade de vida. Assim, na segunda metade do século XX, as propostas de praças de esporte e lazer, os parques de entretenimento, os lugares para manifestação política, as áreas verdes para melhorar o ambiente, entre outras, são usadas para o exercício de forças políticas no corpo social.

Ocorre uma valorização dos parques urbanos, como “local de recreação, de ponto de encontro e de resgate dos valores tradicionais e, conseqüentemente, como fundamental à retomada da escala humana nas cidades” (ABRAHÃO, 2008, p. 39). Adjetivos para cidades como sustentável, ecológica, entre outras, a partir de 1970 passam a ser evidenciadas e os parques urbanos ressignificados. A cidade de Curitiba (PR) aparece como um marco deste período no Brasil, quando ganha as marcas de “cidade modelo”, “capital brasileira de qualidade de vida”, “capital ecológica” (ABRAHÃO, 2008, p. 39-40). Rechia (2007), estudando Curitiba indicou que

a cidade adquiriu identidade cultural a partir da conexão do planejamento urbano, centrado em parques, com a acentuada preocupação quanto à preservação ambiental, passando a gerar um perfil peculiar da cultura local por meio dos usos cotidianos desses

## Parques urbanos como elemento de valorização do espaço a partir de atividades de lazer e turismo

Sidnei Raimundo, Antonio Carlos Sarti

espaços. Assim, o ambiente urbano de Curitiba e de outras cidades do Paraná está marcado por um intenso planejamento que associa, entre outras dimensões, cultura, lazer, esporte e preservação da natureza (RECHIA, 2007, p. 91).

Na escala mundial, a reestruturação urbana proposta para Barcelona (Espanha), por conta dos Jogos Olímpicos de 1992, se configurou como modelo no plano denominado “Plano Barcelona 2000”. Segundo Abrahão (2008, p. 44), esse plano “tornou-se a partir dos anos 1990, um paradigma para as intervenções urbanas que viriam a ocorrer posteriormente em todo mundo, por dar aos espaços públicos urbanos de titularidade pública uma imagem forte, inclusiva, de protagonismo [do poder público]”. No dizer desse autor, esse plano previa uma série de microintervenções estratégicas no plano geral da cidade, e seu sucesso deveu-se menos aos acertos do desenho, mas mais pela vontade de querer ver a paisagem urbana mudar.

Com isso, os parques urbanos ganharam destaque que, embora num modelo de cidade não totalmente alcançado, evidenciou “a introdução de um instrumento urbanístico fundamental [o parque urbano] para o resgate da cidade democrática contemporânea, seriamente ameaçada pela dissolução, fragmentação e privatização dos espaços” (ABRAHÃO, 2008, p. 45) e nas quais as atividades de lazer e turismo têm um papel fundamental para elevar os cidadãos numa perspectiva crítica, criativa e libertadora nesses e desses espaços públicos da cidade.

Os parques urbanos, no início do século XXI começam a ser pensados como pontos de encontro, onde a interculturalidade pode se expressar. Não é uma tarefa nem simples nem “dada”, mas conquistada cotidianamente.

Com isso, os espaços livres de uso público, e como bem comum, vêm assumindo no contexto das cidades contemporâneas, os pressupostos da cidade ideal ou sustentável. Nessa lógica, está se impondo a busca

por parâmetros que extrapolem a compreensão de que os parques possam ser decorrência do atual estágio social, cultural, tecnológico e comportamental, segundo os valores do que seja “civilizado” no ocidente. Os parques de hoje, recheados de símbolos, atrativos e entretenimentos, escondem a construção social e cultural das quais é produto.

Ligados aos ideais de conservação da natureza e de direito ao lazer e à cidade, os parques urbanos são entendidos, presentemente, em sua materialidade e em seu simbolismo, e se expressam a partir dos elementos da cidade-jardim, configurando-se em concepções sobre a floresta urbana, aos serviços ecossistêmicos e às práticas de lazer e turismo nessas áreas.

Presentemente, é necessário entender o espaço público enquanto possibilidade de afirmação da personalidade e o exercício da alteridade, sob a perspectiva da cidade em movimento, onde parques, agora, são componentes de um sistema articulador de toda a vegetação urbana, campo para a ampliação da cidadania e não mais um isolado objeto utilitário.

A questão suscitada pela existência de espaços livres de uso público nos domínios do sítio urbano, a possibilidade e qualidade do acesso e os usos que a população dá ou a legislação prevê, tem gerado certa dificuldade para o entendimento das áreas verdes, resultando em confusão sobre seu significado. Lima et al. (1994, p. 540) captaram esta confusão, ao dizer:

as diferentes conceituações nas definições dos termos “área verde”, “área livre”, “espaço livre”, “arborização urbana”, “área de lazer”, entre outros, têm se mostrado, no mínimo, preocupantes, quer no ensino ou na pesquisa, bem como no planejamento e gestão desses espaços, onde profissionais da área, constantemente, deparam-se com a necessidade de uma

Parques urbanos como elemento de valorização do espaço a partir de atividades de lazer e turismo  
Sidnei Raimundo, Antonio Carlos Sarti

linguagem única que expresse, sem dar margem a erros, suas deliberações.

Considerando que a disponibilidade de espaços livres públicos deixa de ser um componente simbólico ligado apenas à ostentação do poder ou de *status* social para assumir importância como indicador de qualidade ambiental que repercute no conceito de coletividade e de qualidade de vida, é procedente a preocupação dos estudiosos em estabelecer critérios com os quais comparam os dados elaborados em diferentes cidades e contextos.

Interessante é observar a sistematização realizada por Guzzo (apud LIMA et al., 1994), onde são conceituadas áreas onde remanescem a vegetação no urbano: Espaço Livre – trata-se de conceito mais abrangente, integrando os demais e contrapondo-se ao espaço construído; Área Verde – onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos; Parque Urbano – é uma área verde com função ecológica, estética e de lazer, ocupando uma área maior que as praças e jardins públicos; Praça – é um espaço livre público cuja principal função é o lazer. Pode não ser uma área verde, quando não tem vegetação e encontra-se impermeabilizada; Arborização Urbana – diz respeito aos elementos vegetais de porte arbóreo dentro da cidade. Nesse enfoque, as árvores plantadas nas calçadas, fazem parte da arborização urbana, porém, não integram o sistema de áreas verdes; Área Livre e Área Aberta – são termos que devem ter sua utilização evitada, pela imprecisão na sua aplicação. Espaço Aberto, traduzido erroneamente e ao pé-da-letra do termo inglês “*open space*”, deve ser evitado também, preferindo-se o uso do termo espaço livre.

Quanto à função que os espaços livres públicos assumem no contexto do ambiente urbano, Wright (apud ESCADA, 1992) propõe

sua classificação em três grupos distintos, a saber: espaços livres para recreação, espaços livres para conservação de recursos naturais e espaços livres para o desenvolvimento da forma urbana. Além desses aspectos, as questões da acessibilidade, disponibilidade, distância, tempo necessário para o deslocamento e a proporção área/habitante tornam-se relevantes para o planejamento.

Tais categorias, tipologias e hierarquias estão de acordo com a concepção de função. Segundo Tankel (apud MAGNOLI, 1986, p. 112):

os parques urbanos são parte do sistema de espaços livres de edificação [e este pode ser entendido] como todo espaço (e luz) nas áreas urbanas e seu entorno que não está coberto por edifícios; a amplitude que se pretende diz respeito ao espaço e não somente ao solo e à água que não estão cobertos por edifícios; diz também respeito aos espaços que estão ao redor, na auréola da urbanização, e não somente internos, entre tecidos urbanos.

Essa discussão vem reverberando sobre a população que reconhece a importância do assunto como fator para a qualidade de vida. Em decorrência disso, os usos previstos ou aqueles que a sociedade vai criando, abrem um campo de participação nas decisões que passa a ser importante componente político e com implicações na gestão dos espaços de uso público.

Diante dessas dificuldades de conceituação, melhor é trabalhar com as funções dessas áreas na cidade. Disso emerge a ideia dos “serviços” por elas prestados à sociedade, caracterizados como “serviços ambientais ou ecossistêmicos”. Andrade e Romeiro (2009, p. 9-10) caracterizam serviços ecossistêmicos como,

benefícios diretos e indiretos obtidos pelo homem a partir dos ecossistemas. São, em última instância, fluxos de materiais, energia e informações derivados dos ecossistemas naturais e



cultivados que, combinados com os demais tipos de capital (humano, manufaturado e social) produzem o bem-estar humano.

As funções ecossistêmicas são reconceitualizadas enquanto serviços de ecossistema na medida em que determinada função traz implícita a ideia de valor humano. De modo geral, uma função ecossistêmica gera um determinado serviço ecossistêmico quando os processos naturais subjacentes desencadeiam uma série de benefícios direta ou indiretamente apropriáveis pelo ser humano, incorporando a noção de utilidade antropocêntrica. Em outras palavras, uma função passa a ser considerado um serviço ecossistêmico quando ela apresenta possibilidade/potencial de ser utilizada para fins humanos.

Dentre os serviços ecossistêmicos pode-se citar a provisão de alimentos, a regulação climática a formação do solo e de informação, conforme indicado na figura 2. Sobre os parques urbanos e demais áreas verdes na cidade destaca-se sua função ecossistêmica de regulação, de produção e de informação, onde se encontram mais diretamente as atividades de lazer e turismo. Algumas dessas funções já foram apropriadas pelo modo de produção capitalista e transformaram-se em mercadorias, como os serviços de provisão (alimentos). Outros serviços ecossistêmicos, no entanto, são de difícil ou impossível precificação, aproximando-se mais da ideia de bem comum, tais como os serviços de regulação e de *habitat*.

Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), as florestas da área periférica devem ser entendidas como produtoras de água. Assim, configuram-se como prestadoras de um dos mais importantes serviços ecossistêmicos para a região: os de provisão de água superficial e subterrânea em seus aspectos qualitativos e quantitativos. A RMSP tem passado por séria crise de abastecimento de água, que poderia ser pior se a área vegetada fosse menor. As bacias hidrográficas que abastecem a região, como a do Alto Tietê, apresentam complicações severas quanto à provisão de água. Esta bacia abriga uma população de mais de 19 milhões de habitantes (10.232 hab/km<sup>2</sup>) e tem a demanda mais crítica do Estado por recursos hídricos, pois seu consumo é maior do que o dobro de sua disponibilidade (incluindo as reservas de água subterrânea) (BICUDO et al., 2014).

Sobre os serviços de regulação, ressalta-se a função dos parques para atingir o conforto ambiental nas cidades. Na década de 1960, o arquiteto-técnico húngaro Viktor Olgyay

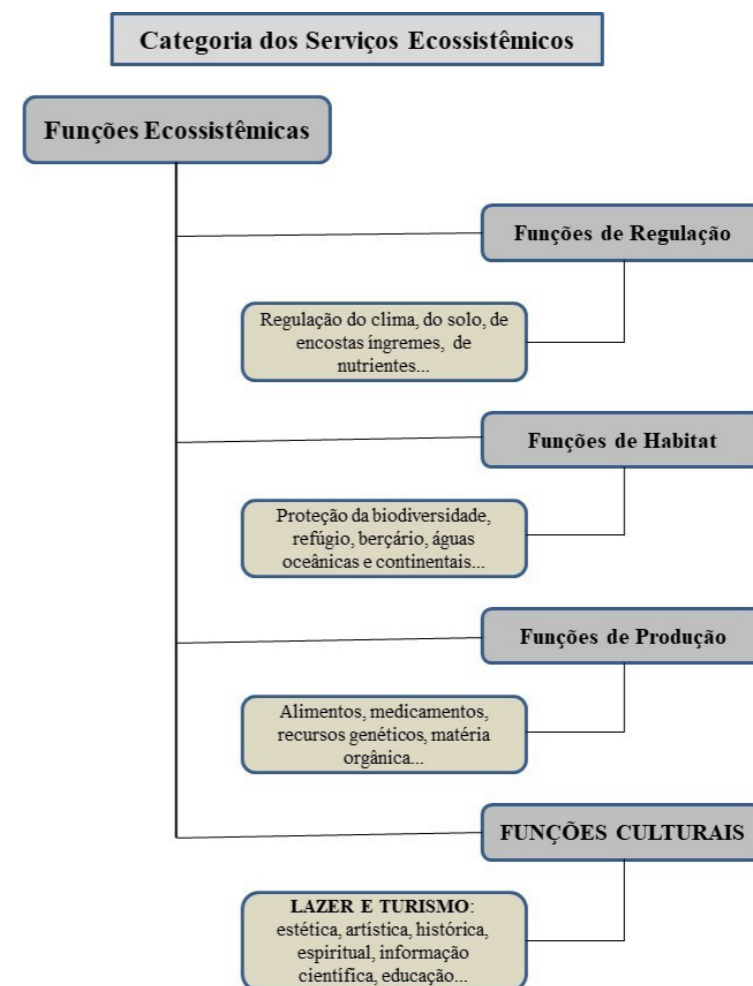


Figura 2 – Funções ecossistêmicas divididas em categorias.  
Fonte: Adaptado de Andrade e Romeiro (2009, p. 10).

foi precursor nos estudos sobre as condições ambientais ideais para pessoas que trabalham ao ar livre. Seus estudos foram sintetizados na carta bioclimática, que apresentava uma zona de conforto ambiental, conforme indicado pela figura 3.

Como se percebe pela leitura desta carta, há um ótimo de conforto ambiental para pessoas



Parques urbanos como elemento de valorização do espaço a partir de atividades de lazer e turismo  
Sidnei Raimundo, Antonio Carlos Sarti

que trabalham ao ar livre, expresso pela faixa em azul da figura 3. Esta faixa ideal é compreendida por uma umidade relativa situada entre 30 e 65 % e cuja temperatura situa-se entre 21 e 28°C. Fora desta faixa, a situação ambiental dos locais pode se tornar inadequada. Contudo, é preciso ressaltar que essa faixa não é estática, mas apresenta um dinamismo em função da velocidade do ar (vento) e da radiação. Trabalhos posteriores destacam também as características das pessoas (sua termo regulação – pessoas com problemas cardiovasculares, asma, bronquite, diabetes e reumáticos têm uma termorregulação diferente de pessoas saudáveis) e a função das vestimentas. A conjunção dessas variáveis influencia e altera as características de conforto ambiental, modificando a zona de conforto das pessoas. Porém, como o foco

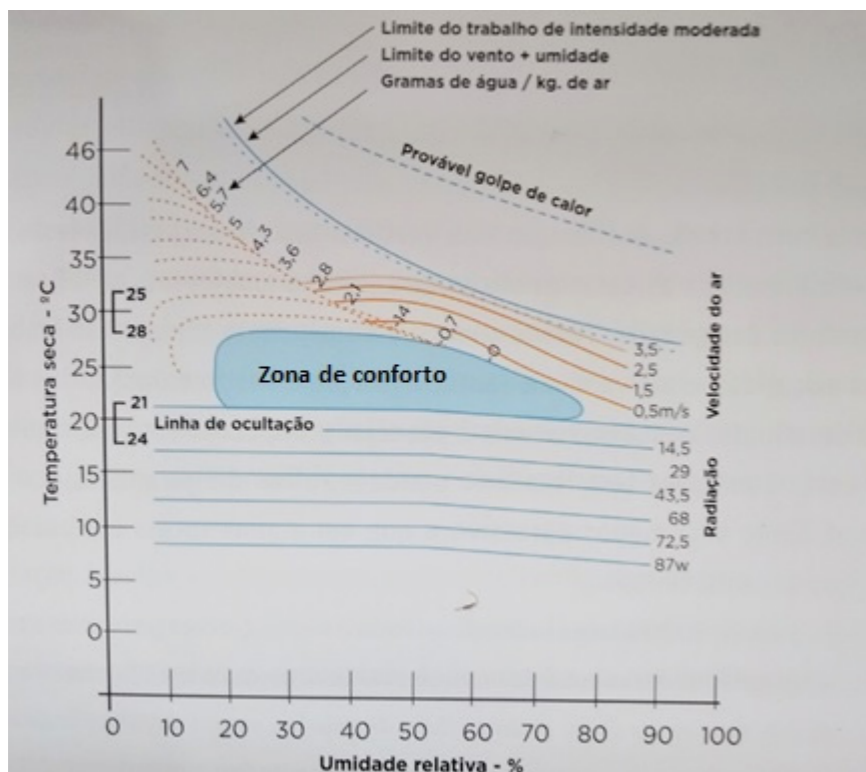


Figura 3 – Carta bioclimática expressando o conforto ambiental de trabalhadores ao ar livre.

Fonte: Olgay (1963).

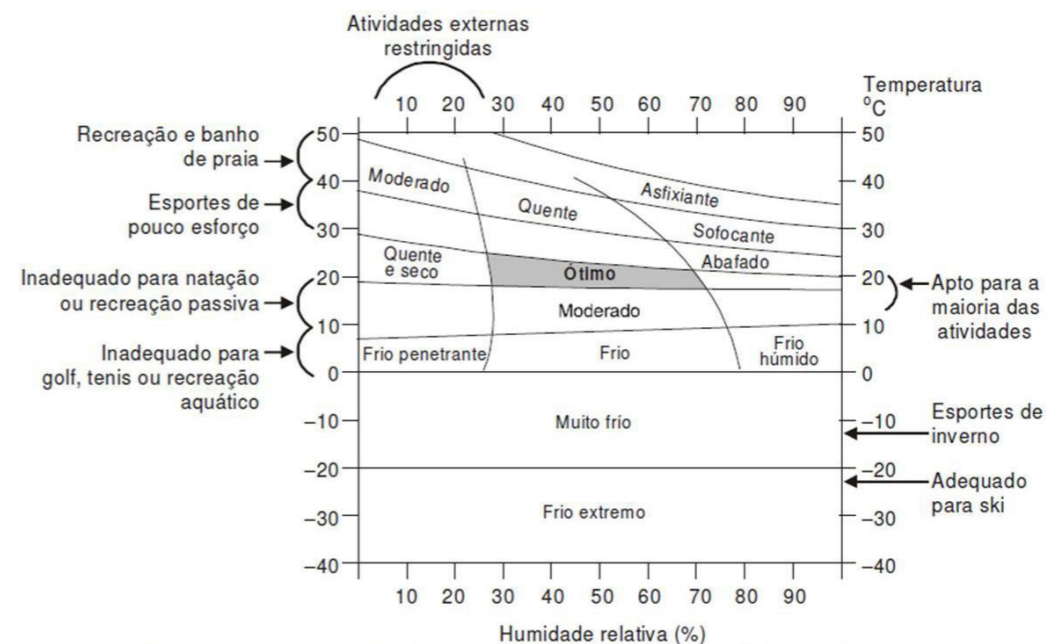


Figura 4 – Carta de conforto ambiental dos locais para práticas de lazer e turismo.

Fonte: Vera-Rebollo et al. (1997, p. 67).

desse artigo é o local, não serão discutidas essas variáveis (termorregulação e vestimentas<sup>5</sup>).

Três décadas depois, Vera-Rebollo et al. (1997) utilizaram as ideias da carta bioclimática de Olgay, adaptando-a às condições de lazer e turismo (Figura 4). Como se pode perceber, a zona de conforto ambiental é a mesma da estipulada por Olgay (1963). Contudo, algumas práticas de lazer e esportes podem exigir um risco controlado e condições ambientais mais severas. Na carta de Vera-Rebollo et al. (1997) há extremos ligados às baixas temperaturas ideais para sky e outros esportes de inverno, cujas temperaturas situam-se abaixo dos -10°C. Da mesma forma, recreação e banhos de mar, nesta carta, necessitam de temperaturas superiores a 30°C. Contudo, para fins da discussão desse artigo, considera-se

<sup>5</sup> Sobre o papel da termorregulação e das vestimentas para o conforto ambiental veja, entre outros, os trabalhos de Lamberts et al. (2004) e de Frota (2001).

## Parques urbanos como elemento de valorização do espaço a partir de atividades de lazer e turismo

Sidnei Raimundo, Antonio Carlos Sarti

a mesma faixa de “ótimo” de conforto ambiental, indicado na carta da Figura 4, como “apta para a maioria das atividades”, ou seja, as mesmas condições estipulada por Olgyay (1963).

Nesse sentido, os parques urbanos, devido à arborização ou mesmo à vegetação rasteira, apresentam características para garantir um conforto ambiental para os moradores da cidade em suas atividades de trabalho e de lazer. Isso porque, na faixa tropical, onde se situa a maior parte do Brasil, tais condições são conquistadas pela presença da vegetação. Segundo Santamouris e Asimakopoulos (1996, p. 46),

os campos apresentam grandes superfícies cobertas de vegetação, que possuem absorção solar elevada (aproximadamente 80%) e grande parte da radiação incidente nelas é utilizada para a evapotranspiração, resultando na redução da temperatura do ar e no aumento da umidade ao redor. Adicionalmente, parte da radiação solar absorvida pela terra é usada na evaporação da sua umidade, que mantém consequentemente temperaturas moderadas.

Demantova (2011) fez uma revisão da função de regulação dos serviços ecossistêmicos dos parques nas cidades. Segundo ela,

Em um parque mais de 85% da poluição do ar pode ser filtrada; em uma rua arborizada esse valor pode ser de 70% [...] estima-se que em Chicago (EUA), as árvores removeram 5500 toneladas de poluentes do ar, fornecendo nove milhões de dólares de qualidade do ar em um ano [...] Uma única árvore larga pode transpirar 450 litros de água por dia, [...] reduzindo as temperaturas e as ilhas de calor nas cidades [...]. Em áreas vegetadas apenas entre 5 e 15% das águas das chuvas escapam para fora do solo, com o restante evaporando ou infiltrando no solo. Em cidades sem vegetação cerca de 60% da água da chuva é [levada] por enxurradas a bueiros [...] Pacientes com os quartos voltados para um parque recuperaram-se 10% mais rápido e necessitaram 50% a menos de medicamentos para alívio da dor,

quando comparado a pacientes que tinham seus quartos virados para um prédio (DEMANTOVA, 2011, p. 83).

Saldiva et al (2014, s/p) complementam essas informações, pois indicam que as árvores

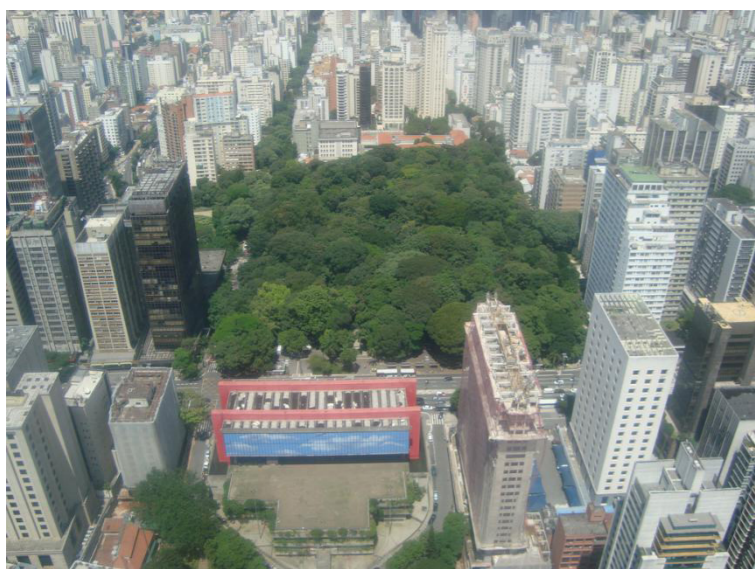
São capazes de conter os poluentes de quatro maneiras: absorção pelos estômatos das folhas, deposição de gases e particulados nas folhas e cascas [...]. Estudos em diversas partes do mundo demonstram que árvores em áreas urbanas podem diminuir entre 1% e 70% a poluição atmosférica da região. Enquanto a redução de 20% da área vegetada de uma cidade pode aumentar em 14% a concentração de O<sub>3</sub>, o aumento de 20% para 40% da cobertura arbórea pode significar a diminuição de 1 ppb de O<sub>3</sub> a cada hora. Como a mortalidade por doenças cardiorrespiratórias e o câncer do pulmão estão associados à exposição prolongada ao material particulado, especialmente a sua fração mais fina (MP<sub>2,5</sub>), o adensamento da vegetação nas cidades influencia diretamente a qualidade de vida das pessoas.

No que diz respeito à amenização de ruídos, a vegetação é igualmente importante, devido aos seguintes fatores: absorção do som (eliminação do som), difração (alteração da direção do som), reflexão (mudança de direção do som, ao redor de um objeto) e por ocultamento (cobertura do som indesejado) (MASCARÓ; MASCARÓ, 2002). Segundo Shibao (1984) a densidade da folhagem, a largura e espessura das folhas podem diminuir entre 3 e 8 decibéis o nível de ruído de uma área.

Assim, a vegetação arbórea, arbustiva e herbácea desempenha papel fundamental no Brasil tropical, regulando a temperatura e umidade do ar, diminuindo o som indesejado e a poluição dos espaços abertos na cidade. Ela contribui significativamente para situar os locais naquelas zonas de conforto ambiental e cumprindo sua função ecossistêmica de regulação e de contribuição para melhoria da qualidade de vida das

Parques urbanos como elemento de valorização do espaço a partir de atividades de lazer e turismo  
Sidnei Raimundo, Antonio Carlos Sarti

peçoas. Estratégias como arborização urbana de praças e avenidas, a criação de parques e demais áreas verdes e, mais recentemente, as instalações de telhados verdes e jardins verticais tem contribuído para o conforto ambiental nas cidades. O uso da vegetação nas cidades, tanto em zonas centrais quanto na periferia, já não é só um fator de salubridade, assumindo importância estratégica para se garantir condições de vida com qualidade. A vegetação urbana é um componente do qual não se poderá mais prescindir dentro de um quadro de mudanças climáticas que está muito além do poder de



**Figura 5** – Vista aérea do Parque Trianon, na região da Paulista na cidade de São Paulo. Os elementos da natureza estão circunscritos aos poucos parques e áreas verdes da cidade, mas que contribuem para melhoria da qualidade de vida de seus habitantes pela prestação de serviços ecossistêmicos.

**Fonte:** Cury (2011) (<https://www.flickr.com/photos/jf-cury2/5506831670>).

controle intra-urbano (SARTI, 2009). Os parques urbanos como o do Trianon, na cidade de São Paulo (Figura 5) são, então, grandes contribuidores para se alcançar essas melhores condições de vida com qualidade.

Conforme observado por Sarti (2009), há espaços verdes urbanizados resultantes do processo de avanço do tecido urbano sobre a vegetação primitiva. Esse processo, ora lento, ora avassalador; às vezes espontâneo, mas na maior parte das vezes induzido, legou áreas na forma de parques e praças densamente arborizados, fragmentos que testemunham a cobertura pretérita ou mesmo indivíduos isolados que resistem às ondas de ocupação. Eles podem estar em domínio público ou privado, mas sua função social independe da propriedade ou posse. Há espaços “urbanificados” (SILVA, 1981) que sucederam à remoção total da vegetação primitiva promovida por atividade agropastoril resultando em áreas verdes totalmente implantadas, seguindo as diretrizes e intencionalidades de um projeto. Jacobs (2000, p. 114) alerta que “muitos parques à beira de rios são quase sempre desenhados como se tivessem saídos de uma estamperia de tecidos” tal a artificialidade das soluções que frequentemente incorrem na falha de deixar de prever pontos de encontro.

Admitindo-se essas informações, enquanto tendência, envida-se esforços, agora, além da criação de novos parques, na conexão entre eles gerando uma área vegetada (florestada) idealmente única na cidade. Tal conexão pode se dar por meio de fundos de vale (os parques de fundo de vale), ou de áreas não edificadas, como redes de transmissão elétrica, oleodutos, entre outros (Figura 6). Com isso pode-se pensar numa conexão polifuncional do azul (rios e córregos em parques de fundo de vale), do verde, da vegetação marginal desses corpos d’água, do vermelho de ciclovias e do branco de calçadas.

Com este entendimento, conforme Sarti (2009) a floresta urbana galga o patamar de bem público “de uso comum do povo, essencia[!] à sadia qualidade de vida”, como preconiza a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) por se constituir da somatória das áreas públicas de uso comum do povo (ruas, praças, parques) e de áreas de domínio privado sobre as quais incide o interesse público pelo serviço ambiental que prestam à coletividade, com efeitos diretos e indiretos, passam a ter a tutela jurídica de patrimônio ambiental, como bem de interesse público (SILVA, 1981, p. 55).

O conceito de floresta urbana é entendido



## Parques urbanos como elemento de valorização do espaço a partir de atividades de lazer e turismo

Sidnei Raimundo, Antonio Carlos Sarti



**Figura 6 – Esquerda:** ciclovia instalada em área de conexão de vegetação em terrenos não-edificantes de linha de transmissão elétrica, município de Sorocaba (SP). **Direita:** parque linear de fundo de vale com calçadas em suas margens, também da cidade de Sorocaba.

**Fonte:** RAIMUNDO, S., s.d.

como um sistema constituído por toda a vegetação e arborização urbanas, enfatizando os usos e benefícios sociais que podem atingir o conjunto da população abrigada na cidade, assumindo o status de bem público (SARTI, 2009, p. 47).

O planejamento da floresta urbana deve ser dinâmico e considerar os componentes do sistema urbano em mesmo nível de importância e valorização, buscando os entrelaçamentos de fluxos entre os diversos fatores que, na cidade, como um ambiente em constante mudança, precisa de certa elasticidade.

As pesquisas devem investigar quais componentes do sistema urbano são mais resilientes em relação a tais indicadores de mudança, condicionando a implantação da floresta urbana às interseções destes quesitos. Como o grau de complexidade de todas estas variáveis é reconhecidamente intrincado e dinâmico, o monitoramento constante, simultâneo e em tempo real de cada uma, passa a ser de interesse estratégico. Devem-se considerar as

interfaces passíveis de ocorrer quando se introduz componentes vegetais na paisagem que devem cobrir de dez ou mais décadas, dependendo da espécie, do local de plantio, do manejo e das condições ambientais, variáveis desejáveis numa matriz de valoração.

Um dos problemas a afligir a eficácia do manejo da floresta urbana é a baixa longevidade das mudas, o que obriga reposições. A baixa longevidade exige trocas constantes, ampliando a produção de descartes. Mesmo quando a planta encontra condições favoráveis no início do ciclo vegetativo, necessita de décadas para se tornar plena. No mesmo lapso de tempo, a sociedade humana e, em nossas cidades de crescimento populacional cada vez mais veloz, muitas podem ter sido as mudanças no espaço, no ambiente, na paisagem, no perfil da população, na dinâmica do sistema de transportes e circulação de passageiros, no regime de chuvas, entre inúmeros outros fatores.

Com isso, instalar e realizar a manutenção de parques e áreas verdes conectados, sintonizados com o conceito de uma floresta urbana, exige tempo, recursos e paciência, mas é algo fundamental que os tomadores de decisão e os elaboradores de políticas públicas precisam se debruçar para melhorar a qualidade de vida nas cidades, oferecendo locais adequados para as práticas de lazer da sociedade. As relações devem ser mais culturalistas e menos utilitaristas (SARTI, 2009, p. 48).

Do ponto de vista das características que os parques urbanos apresentam na atualidade, eles merecem ser vistos como espaços multifuncionais, prestadores de serviços ecossistêmicos, como já destacados. Assim, a questão ambiental se relaciona fortemente com o lazer, com a presença de áreas com vegetação arbórea, arbustiva e herbácea, para infiltração da água da chuva no solo; características essas que possibilitam a existência de áreas para terrenos de esportes. Não só esporte, mas, se pensarmos na lógica dos conteúdos culturais do lazer (DUMAZEDIER, 1980; CAMARGO, 1986) permitem também os demais interesses do lazer ao ar livre, com uma

maior interação da população com a natureza (ou meio ambiente) de sua cidade. Marcellino (2007, p. 14, destaques acrescentados) faz uma revisão desses conteúdos, definindo-os da seguinte forma:

O campo do domínio dos **interesses artísticos** é o imaginário – as imagens, emoções e sentimentos; seu conteúdo é estético e configura a beleza do encantamento. [...]. Já nos **interesses intelectuais**, o que se busca é o contato com o real, as informações objetivas e explicações racionais. A ênfase é dada ao conhecimento vivido, experimentado. [...] as práticas esportivas, os passeios, a pesca, a ginástica e todas as atividades em que prevaleça o movimento, ou o exercício físico, incluindo as diversas modalidades esportivas, constituem o campo dos **interesses físicos esportivos**. O que delimita os **interesses manuais** é a capacidade de manipulação, quer para transformar objetos ou materiais [...] quer para lidar com a natureza, por exemplo, a jardinagem e o cuidado com os animais. Quando se procura fundamentalmente o relacionamento, os contatos face a face, a predominância deixa de ser cultural e passa a ser social, manifestando-se os **interesses sociais no lazer**. [...] Já o que caracteriza a satisfação dos **interesses turísticos** é a busca da quebra da rotina temporal ou espacial e o contato com novas situações paisagens e culturas.

Todos esses interesses culturais expressam, portanto, possibilidades de atividades realizadas ao ar livre nos ambientes desses parques, com arborização adequada, presença de corpos d'água em alguns deles, prestando serviços ecossistêmicos e atingindo um conforto ambiental, o que permite uma maior sensibilização das pessoas em contato com a natureza.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na periferia das cidades, os parques urbanos têm se configurado como um elemento de valorização de práticas socioculturais, onde as

atividades de lazer têm assumido papel de destaque. As comunidades buscam algum engajamento na criação dessas áreas, com ou sem apoio do poder público. A ideia de um espaço que seja considerado bem de uso comum de domínio público é de embasamento jurídico importante para a configuração dessas áreas, mas ainda não completamente absorvido pela sociedade, abrindo espaço para outra modalidade de valorização dos componentes vegetais dos parques urbanos, quais sejam aqueles ligados à função de prestadores de serviços ecossistêmicos, serviços esses cuja valoração ainda busca uma metodologia adequada à realidade brasileira, especialmente quando devem entrar na fórmula variáveis culturais e de regulação.

Nesse contexto contraditório, abre-se espaço para criação de parques urbanos na periferia das cidades como elementos para o exercício da cidadania, de forte carga simbólica decorrente de uma visão mais culturalista dos serviços ecossistêmicos e, por conseguinte, repercutindo na melhoria da qualidade de vida local, especialmente quando localizados em fundos de vale e demais terrenos onde o capital imobiliário não consegue se inserir ou é inibido.

Contudo, esse processo é lento, dependente de alterações na compreensão da extensão e profundidade da supra e infra legislação; não é algo dado, mas constantemente conquistado pelos coletivos que exercem pressão, nas periferias ou não, visando a criação de parques e demais áreas de uso comum do povo. ☉

#### REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Sérgio Luiz. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume, 2008.
- ANDRADE, Daniel C.; ROMEIRO, Ademar R. **Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano. Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, nº 155, fev. 2009.

BICUDO, Denise C. et al. Diagnóstico dos serviços ecossistêmicos de provisão – Serviços de provisão e de regulação da água e bem-estar humano. In: RODRIGUES, Elaine (Coord.). **Sumário executivo: Serviços ecossistêmicos e bem-estar humano na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Instituto Florestal, 2014, p. 7.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA/SBF, 2011. 76 p.

BROCANELI, Pérola F. O ressurgimento das águas na paisagem paulistana: fator fundamental para a cidade sustentável. 2007. 321p. **Tese** (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRUHNS, Heloisa T. No ritmo da aventura: explorando sensações e emoções. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa (Orgs.). **Turismo, lazer e natureza**. Barueri: Manole, 2003. p. 29-52.

CAMARGO, Luiz O. L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHIESURA, Anna. The role of urban parks for the sustainable city. **Landscape and Urban Planning**, v. 68, p. 129-138, 2004.

DEMANTOVA, Graziella C. **Redes técnicas e serviços ambientais: integrando qualidade ambiental e de vida nas cidades**. São Paulo: Annablume, 2011.

DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

ESCADA, Maria I. S. Utilização de técnicas de sensoriamento remoto para o planejamento de espaços livres urbanos de uso coletivo. 1992. 133p. **Dissertação** (Mestrado em Sensoriamento Remoto). Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Ministério da Ciência e Tecnologia, São José dos Campos.

FROTA, Anésia Barros. **Manual de conforto térmico: arquitetura, urbanismo**. 5. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

GUIMARÃES, Solange T. L. Paisagens: aprendizados mediante as experiências: um ensaio sobre interpretação a valoração da paisagem. 2007. 160p. **Tese** (Livre-Docência). Instituto de Geociência e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KREIMANN, Rosibel; STUART, Roberto. **Agua y ciudadanía en Nicaragua: el caso de los Comités de Agua Potable (CAPS)**. Managua: CEAP, 2009.

LAMBERTS, R.; DUTRA, L.; PEREIRA, F. O. **Eficiência Energética na Arquitetura**. 2. ed. São Paulo: PW editores, 2004. v. 1. 188p.

LIMA, Ana Maria L. P. et al. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: **Anais do II Congresso Brasileiro de Arborização Urbana**, São Luís, p. 539-553, 1994.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. O parque no desenho urbano. In: **Anais do III Seminário sobre desenho urbano no Brasil**, São Paulo: Pini, p. 112-20, 1986.

MANKIW, Nicholas G. **Introdução à Economia: princípios de Micro e Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

MARCELLINO, Nelson C. Lazer e cultura: algumas aproximações. In: MARCELLINO, Nelson C. **Lazer e cultura**. Campinas: Alínea, 2007. p. 9-30.



Parques urbanos como elemento de valorização do espaço a partir de atividades de lazer e turismo  
Sidnei Raimundo, Antonio Carlos Sarti

MARINHO, Alcyane. Da aceleração ao pânico de não fazer nada: corpos aventureiros como possibilidade de resistência. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa. **Turismo, lazer e natureza**. Barueri: Manole, 2003. p. 1-28.

MASCARÓ, Lúcia R.; MASCARÓ, Juan L. **Vegetação urbana**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

NASCIMENTO, Nilo de O.; BAPTISTA, Márcio B.; VON SPERLING, Eduardo. Problemas de Inserção Ambiental de Bacias de Detenção em Meio Urbano. In: **Anais do 20º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, p. 1-9, 1999.

OLGYAY, Victor. **Arquitectura y clima**. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.

PECHMAN, Robert M. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, Stella (Org.). **Imagens da Cidade** – séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero; ANPUH; FAPESP, 1994. p.29-34.

RECHIA, Simone. Curitiba cidade-jardim: a relação entre espaços públicos e natureza no âmbito das experiências do lazer e do esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 89-107, maio 2007.

SALDIVA, Paulo H. N. et al. Diagnóstico dos serviços ecossistêmicos de regulação: controle da qualidade do ar. In: RODRIGUES, Elaine (Coord.). **Sumário executivo: Serviços ecossistêmicos e bem-estar humano na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Instituto Florestal, 2014. p. 9.

SANTAMOURIS, Mat; ASIMAKOPOULOS, D. **Desing source on passive solar architecture energy conservation in buildings**. Athens: CIENE, 1996.

SÃO PAULO (ESTADO) Diário Oficial do Estado de São Paulo, v. 126, n. 120. São Paulo, quinta-feira, 30 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/178640>. Acesso em 09 de novembro de 2019.

SÃO PAULO (Município) DECRETO Nº 56.089, DE 30 DE ABRIL DE 2015. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/licenciamentos/decreto-municipal-56089-2015pdf.pdf>. Acesso em 09 de novembro de 2019.

SARTI, Antonio Carlos. Floresta urbana: propostas de gestão e subsídios para políticas públicas em Rio Claro (SP). 2009. 178p. **Tese** (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

SHIBAO, Kunioki (Coord.). **Atenuação da poluição sonora por meio da vegetação florestal**. Brasília: Agência Nacional de Aviação Civil, 1984.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

VERA-REBOLLO, Jose Fernando; et al. **Analisis territorial del turismo**. Barcelona: Ariel, 1997.

Submetido em Junho de 2019.

Revisado em Julho de 2019.

Aceito em Julho de 2019.